

GOVERNANÇA FUNDIÁRIA DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Sumário Executivo

CONSÓRCIO DA AMAZÔNIA LEGAL
Câmara Setorial de Governança Fundiária

Brasília, 10 de dezembro de 2024



Execução:



Apoio:



Este documento integra as atividades realizadas pela Câmara de Governança Fundiária no âmbito do Consórcio da Amazônia Legal e que visa a identificação de cenários positivos na implementação da política fundiária na região. O diagnóstico executado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) com apoio financeiro da Agência Francesa de Desenvolvimento- AFD, Norad Puzzle e Fundo Vale. O estudo mapeia o ecossistema de governança fundiária regional, destacando os principais atores, suas interações e os desafios que afetam a articulação interinstitucional.

Além de identificar pontos fortes e gargalos, o diagnóstico oferece uma visão integrada das dinâmicas que envolvem a regularização fundiária, servindo como base estratégica para orientar investimentos, fortalecer políticas públicas e promover maior sinergia entre iniciativas locais, estaduais e federais. Esse levantamento consolida informações cruciais para aprimorar a governança fundiária, tornando-a mais eficiente, inclusiva e alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável da região.

FICHA TÉCNICA

INSTITUIÇÃO

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

DIRETOR EXECUTIVO

André Loubet Guimarães

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Vitor dos Santos Amancio

DIRETORA ADJUNTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Gabriela Savian

COORDENADOR ESTADUAL DO PARÁ

Edivan Silva de Carvalho

EQUIPE TÉCNICA

Raquel Rodrigues da Poça – Coordenadora do Projeto

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Jander Akson Carvalho de Almeida - Analista de Controladoria/Brasília

Clarice da Conceição S. Souza Serra – Controladoria/Brasília

Marcos de Jesus P. de Freitas – Gerente de operações/Brasília

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS E AS REDES QUE OPERAM A POLÍTICA FUNDIÁRIA NO ÂMBITO REGIONAL	4
3. DEMANDAS INTERINSTITUCIONAIS	7
4. DEMANDAS DE INFRAESTRUTURA	14
5. EXPERIÊNCIAS EXITOSAS	17

1. APRESENTAÇÃO

A Amazônia Legal abrange uma vasta e diversa região, formada por nove estados com desafios regionais no que se refere à regularização fundiária. A complexidade territorial, a diversidade de atores envolvidos e a coexistência de múltiplas modalidades fundiárias tornam essencial o levantamento e a consolidação de um estado da arte contendo dados para orientar as ações prioritárias. Nesse contexto, sistematizar as estruturas de implementação da política pública, compreender as demandas comuns e o cenário de demandas específicas dos estados que compõem a região é um passo crucial para o fortalecimento de políticas públicas mais eficientes e alinhadas às necessidades locais.

Os estados da Amazônia Legal enfrentam desafios variados, que refletem tanto as características socioeconômicas de cada região quanto os diferentes estágios de desenvolvimento de suas políticas fundiárias. Questões como a integração de bases de dados, a padronização de procedimentos, a regularização de territórios ocupados por populações tradicionais e a titulação de áreas urbanas e rurais emergem como prioridades. A análise consolidada dessas demandas permite não apenas identificar gargalos, mas também propor soluções que promovam maior eficiência, segurança jurídica e inclusão social.

Ao compreender esse cenário se fortalece a colaboração entre os entes federativos e os diversos atores envolvidos bem como as estratégias de captação de recursos financeiros. Essa abordagem integrada é fundamental para enfrentar os desafios da região e avançar na construção de uma governança fundiária moderna e inclusiva.

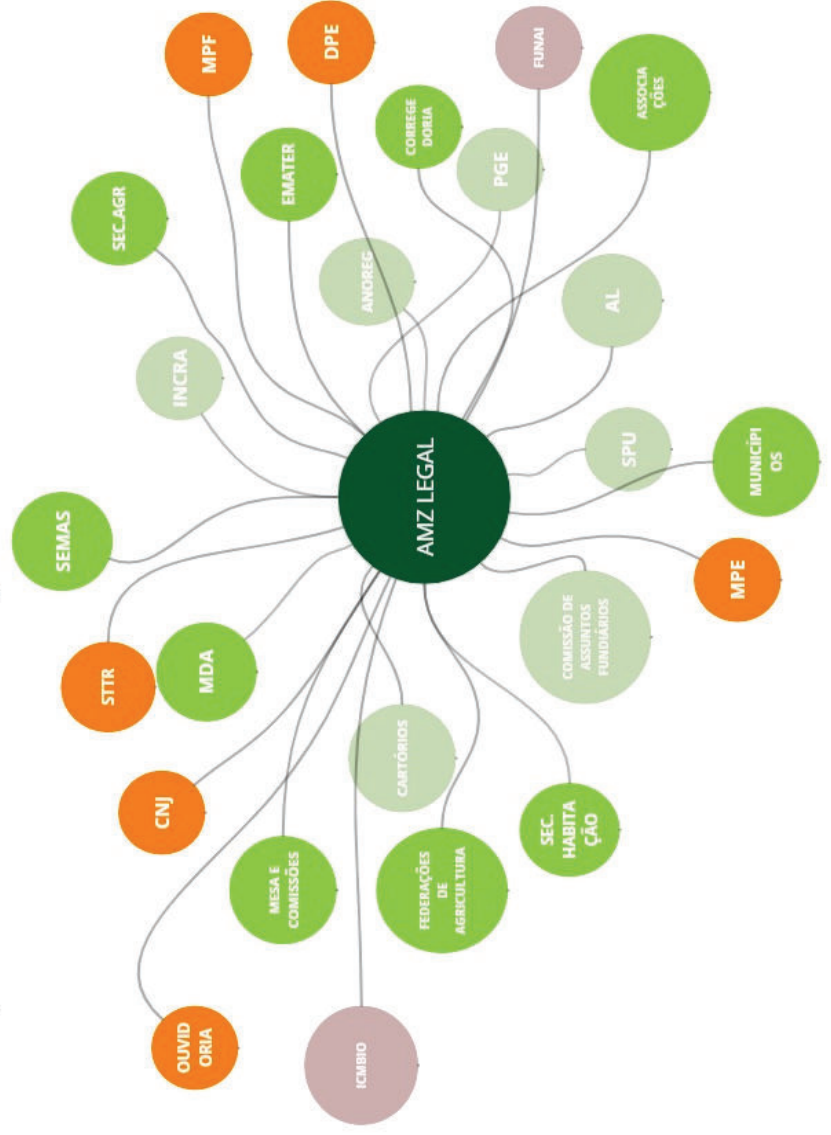
Os dados consolidados fazem parte do diagnóstico do estado da arte da governança fundiária nos estados da Amazônia Legal, realizado entre os anos de 2022 e 2023 para subsidiar a Câmara de Governança Fundiária, do Consórcio da Amazônia Legal, na identificação de cenários positivos visando incidir em estratégias para aperfeiçoamento da política fundiária na Região

2. RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS E AS REDES QUE OPERAM A POLÍTICA FUNDIÁRIA NO ÂMBITO REGIONAL

Na Amazônia Legal, os estados mantêm, em média, relações com cerca de 20 instituições para executar a política fundiária. O grau de proximidade com essas instituições varia de acordo com a modalidade fundiária que os institutos e secretarias estaduais operacionalizam, refletindo as especificidades de cada estado. Essa rede de cooperação interinstitucional é essencial para atender às demandas locais e garantir o avanço na regularização de diferentes tipos de áreas e beneficiários.

A operacionalização da política de regularização fundiária exige uma ampla rede de relacionamentos interinstitucionais, dada a complexidade de suas etapas e a multiplicidade de atores envolvidos. Órgãos de diferentes esferas governamentais, como institutos de terras estaduais, prefeituras, cartórios, e entidades federais como o INCRA e a SPU, desempenham papéis essenciais na execução dessa política. Além disso, organizações da sociedade civil, universidades e instituições financeiras frequentemente colaboram, agregando expertise técnica, apoio social e recursos financeiros indispensáveis. Esse arranjo exige articulação constante para alinhar procedimentos, evitar sobreposições de atribuições e garantir que as ações sejam eficazes e coerentes com os normativos vigentes. Mapear as relações interinstitucionais no âmbito regional aponta caminhos para a implementação da política pública voltada à realidade local e fomenta a integração de ações já estabelecidas e para um cenário positivo da operacionalização.

REDE DE INTERAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL



Os estados do Pará e Maranhão, por exemplo, destacam-se por suas comissões e mesas de negociação com maior participação social, o que tem favorecido um maior número de titulações voltadas para populações tradicionais, como comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Esse modelo participativo não apenas fortalece a transparência e a inclusão social, mas também promove uma abordagem mais adaptada às realidades dessas comunidades, assegurando maior eficácia no reconhecimento de seus direitos territoriais.

Por outro lado, o estado de Mato Grosso tem priorizado sua proximidade com os cartórios e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), o que tem sido determinante para a regularização de assentamentos já emancipados. Estados como Acre, Roraima, Rondônia e Tocantins têm focado na regularização individual e de áreas urbanas, impulsionando o acesso formal à terra para famílias que vivem em núcleos urbanos ou pequenos lotes. Essa diversificação de estratégias reflete o esforço dos estados da Amazônia Legal em adaptar suas políticas fundiárias às especificidades regionais, ampliando as redes de relacionamento para o alcance e a efetividade das ações.

3. DEMANDAS INTERINSTITUCIONAIS

O levantamento e o endereçamento de demandas interinstitucionais são etapas cruciais para a melhoria contínua da política fundiária. Essas atividades consistem na identificação de gargalos, necessidades e oportunidades de colaboração entre os diversos órgãos e entidades envolvidos na regularização fundiária. As demandas que foram levantadas foram classificadas como prioritárias, que dialogam com outros estados e regionais. Essa categorização foi importante para identificar ações que tenham similaridades com outros estados e poder endereçar soluções conjuntas e integradas.

Uma vez identificadas, as demandas precisarão ser endereçadas de maneira estratégica, priorizando ações que ofereçam soluções efetivas e de maior impacto. A harmonização de procedimentos entre os órgãos, a capacitação de equipes técnicas, o desenvolvimento ou atualização de sistemas digitais e a criação de instrumentos normativos específicos, são alguns exemplos de ações a serem articuladas. A formalização de acordos de cooperação e a formação de comitês ou grupos de trabalho interinstitucionais também são ferramentas importantes para abordar questões complexas e promover um diálogo contínuo entre os parceiros.

A integração de bases fundiárias e a padronização dos procedimentos de registro figuram entre as principais demandas dos estados para a melhoria da política fundiária. A unificação das bases de dados facilita o cruzamento de informações entre diferentes órgãos, promovendo maior transparência, eficiência e segurança jurídica nos processos de regularização.

Essas demandas refletem a necessidade de um sistema mais coeso, capaz de articular as diversas instâncias envolvidas na regularização fundiária, desde os institutos de terra e secretarias estaduais até os cartórios e órgãos federais. A harmonização dessas práticas não apenas otimiza a execução das políticas públicas, mas também minimiza conflitos de competência e incertezas jurídicas, que frequentemente atrasam a entrega de títulos.

As demandas estão organizadas por órgãos e entidades com o objetivo de facilitar a identificação de responsabilidades, promover a articulação interinstitucional e otimizar a execução das ações necessárias.

DEMANDA PRIORITÁRIA

Recursos para realizar regularização rural para criação de projeto de assentamento para desafetar famílias em unidades de conservação as quais tem perfil de reforma agrária.

ACT para acesso ao sistema do SNCR.

Captação de recursos para viabilizar a regularização fundiária rural.

Ampliação de crédito da reforma agrária para os assentados estaduais que foram habitados em recente atualização cadastral

MDA

Integração SICARF ao sistema federal

Acessar recursos do FUNBIO para regularização fundiária de UC por meio da articulação entre MDA e MMA;

Resolução da problemática da transferência das terras da união para os Estados

Viabilizar a integração das informações fundiárias e cartográfica estaduais com a federal com procedimentos claros dentro do sistema a ser implantado de governança fundiária - interoperabilidade do sistema

DEMANDAS QUE DIALOGAM COM OUTROS ESTADOS

Integração de sistemas

Integração de sistema para a regularização fundiária

Destinação de mais recursos para viabilizar a regularização fundiária na Amazônia

Ampliar o acesso a outras políticas públicas operada pelo MDA como o acesso ao crédito, conservação ambiental e de produção;

DEMANDAS REGIONAIS

Capacitação de servidores para atuar na regularização fundiária

Avanço nas tratativas de transferência das áreas da união para o Estado

Viabilizar processo autorizativo para intercâmbio de informações entre os entes Federativos, propiciando a portabilidade e interoperabilidade de dados entre plataformas e os Sistemas de Gestão Fundiário, contribuindo com a automação dos processos de trabalho e de Governança nos Órgãos Fundiários.

Integração das informações do MDA, INCRA, ANOREG, para subsidiar o diagnóstico fundiário.

Medidas de socialização do crédito fundiária

Fazer diagnóstico fundiário (verificar o que está destacado ou não do poder público).

Aquisição de equipamentos para apoio aos estados na RF

Transferência de áreas que pertencem ao estado do Tocantins e que estão no domínio da União.

Resolução do convênio do terra legal em relação a prestação de contas que hoje tem recomendações do TCU para instaurar uma TCE

Expedição dos Termos de Doação das Glebas que ainda faltam ser transferidas ao Estado do Amapá: Glebas Tucunaré, AD 04, Matani I, Jupati, Uruguinha, Rio Pedreira, Aporema.

Integração das bases para ajustar a certificação e garantir a autenticidade dos títulos emitidos

Autorização de senhas para emissão dos códigos do sncri;

Senha de acesso com permissão de alterar/insrer/excluir a relação de beneficiários dos assentamentos

Senha de acesso com permissão de alterar/insrer/excluir a relação de beneficiários dos assentamentos

Repasse de áreas que estão em faixa de fronteira

INCRA

Celeridade na atualização cadastral dos assentados;	Habilitar módulo e/ou usuário dos órgãos estaduais para atualização cadastral de assentados;	Autonomia para cancelamento de geo no sief incidente em áreas estaduais
Integração de base de dados	Normativos e padronização dos processos de validação de peça técnica	integração das ações para atuação no território; Desburocratização e agilidade nos processos de cancelamento via sief (hoje tem média de 3 meses para resposta)
Repasse de acervo fundiário; Transparência nas informações fundiária	Melhoria da base cartográfica para identificação de jurisdição e de terras devolutas para arrecadação do Estado	Necessidade atualização cadastral pelo INCRA no SIPRA das informações submetidas pelos estados, ou dar acesso aos estados para realizar diretor no sistema essa atualização.
Sanar a indefinição de jurisdição através de um planejamento integrado de ação orientada por indicadores de priorização e integração de informações.	Transferir áreas públicas consolidadas para que os estados possam atuar na RF dessas áreas federais. Reconhecimento dos títulos expedidos pelo Estado que estão incidentes em faixa de fronteira	Diagnóstico fundiário.
Definição das áreas de domínio do Estado e da União e o que foi destacado do poder público.	Diagnóstico dos conflitos fundiários e agrários	
Utilização do SIGEF e SNCR com gestão completa dos sistemas para cadastro e validação de áreas regularizadas pelo Estado de Roraima. Hoje o sistema permite até 15 MF		

Arrecadação de terras devolutas

Integração do SICARF, base de dados

Cooperação técnica para atuação do órgão estadual na realização de regularização fundiária pelo estadual

Anuência sobre as áreas que tem confrontação com os rios.

SPU

Homologação da delimitação de suas áreas de interesse e, juntamente com o INCRA definir qual procedimento para alteração dos perímetros das Glebas já transferidos.

Repasse das áreas para o Estados sob gestão da SPU

Há assentamentos estaduais em faixa de domínio que precisam ser regularizados. Há necessidade de se trabalhar uma estratégia para regularizar imóveis sob domínio da SPU

Definição conclusiva do perímetro das áreas inalienáveis da União

Revisão, atualização e padronização de normativos dos processos de RF em áreas da união

Demarcação das áreas de faixa litorânea

Identificação simplificada das áreas da união em áreas urbanas.. A SPU não considera a base da ANA o que onera muito o estado realizar o geo de acordo com as recomendações da SPU para emissão de anuência

Melhoria no quadro de profissionais para atuar no órgão no atendimento das demandas

Identificação das áreas pertencentes à SPU na RMB

Doação de áreas de responsabilidade da SPU sob núcleos urbanos

Formalização de ACT para que a SEPAT possa atuar na RF de aparatos públicos em áreas da união

Falta de informação e comunicação com os cartórios do interior do estado.

Habilitar módulos para acesso a informações de registro junto aos cartórios;

Revisão e criação de normativos visando a efetividade dos registros resultado dos processos de RF

CNJ/
ANOREG

Padronização de registro de imóveis. Hoje existem diversos provimentos que acabam gerando dúvidas sobre o processo

Padronização na cobrança de taxas e emolumentos

Iseção do primeiro registro a nível nacional. Padronização de pagamento de taxas e emolumentos

Revisão e criação de normativos visando a efetividade dos registros resultado dos processos de RF

Atuação mais proativa na regularização por usucapião e áreas de interesse social

burocratizando o registro para REURB com exigência de documentos que aumentando o tempo para titulação

Cooperação técnica para acelerar cancelamento de registro onde os IT irão subsidiar tecnicamente os cartórios

Revisão e criação de normativos visando a efetividade dos registros resultado dos processos de RF

Estruturar canais institucionais com vias a integração de informações para homologar e monitorar a integração com os processos e as informações cartoriais e ser utilizado pelos estados.

Estruturar canal institucional, suportado por Acordo de Cooperação e normativas internas, que possibilite a integração dos processos de trabalho e portabilidade de dados entre os ambientes de tecnologia do Governo e CNJ, envolvendo a ANOREG nas automações em implementação no Instituto.

Padronização dos procedimentos de cartório para RF, desmembramento, reurb

Plano de trabalho com o CNJ, visando o cumprimento de um acórdão- Levantamento de matrículas de imóveis de domínio público, que ainda não foram destacados pelo poder público.

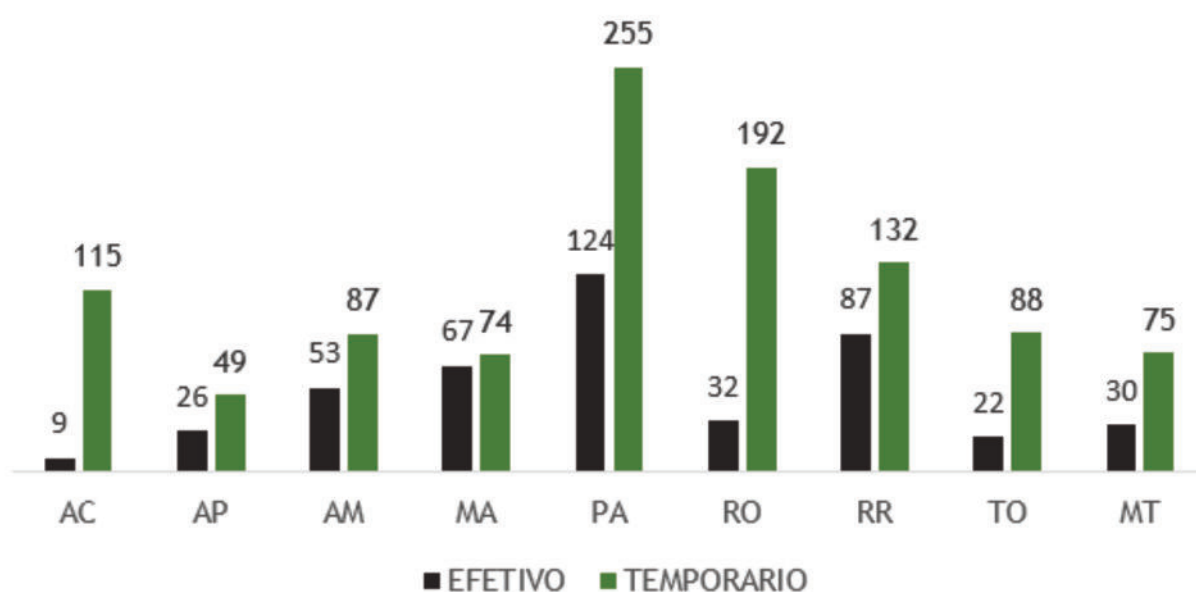
Desburocratização dos processos de análise através da modernização dos cartórios e do seu quadro de profissionais; Falta de atualização de normativos dos profissionais para cumprir a RF de REURB

4. DEMANDAS DE INFRAESTRUTURA

O cenário dos órgãos fundiários estaduais na Amazônia Legal apresenta grande heterogeneidade, variando significativamente de estado para estado. Essa diversidade reflete as realidades locais, marcadas por diferenças socioeconômicas, ambientais e políticas. No entanto, é essencial reconhecer que a eficácia e a capacidade desses órgãos são frequentemente impactadas por fatores como limitações orçamentárias, insuficiência de equipes técnicas qualificadas, falta de apoio político consistente e divergências nas prioridades governamentais. Esses desafios interferem diretamente na implementação das políticas fundiárias, prejudicando a regularização e a segurança jurídica da posse de terra.

A ausência de equipes técnicas robustas e de recursos financeiros suficientes, por exemplo, é um dos fatores mais críticos. Estados com menor infraestrutura e pessoal capacitado enfrentam maiores dificuldades para lidar com a demanda crescente por regularização fundiária, resultando em atrasos significativos nos processos e em conflitos que poderiam ser evitados. Além disso, a morosidade nos trâmites não apenas afeta os beneficiários diretos, mas também compromete o desenvolvimento socioeconômico das comunidades e a gestão sustentável do território, agravando problemas como grilagem, desmatamento e ocupações irregulares.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL HUMANO



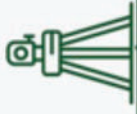
O capital humano dos órgãos fundiários estaduais é composto por cerca de 70% de servidores temporários. Esse cenário se apresenta como um ambiente de constante renovação que leva ao desafio quanto à gestão de conhecimento. A consolidação dos processos e tomadas de decisão, a formação de capacidades das equipes e qualificação adequada enfrentam barreiras que impactam a adoção de novos sistemas, normativos e práticas modernas.

Embora, na última década, tenham sido realizados investimentos significativos na modernização do parque tecnológico dos institutos de terras e na capacitação das equipes, é evidente que a adoção de uma gestão estratégica do território é tão crucial quanto a aplicação de tecnologia. Um planejamento territorial estruturado e integrado com outras políticas públicas proporciona uma gestão mais eficiente, maximizando os recursos disponíveis e promovendo o ordenamento territorial de forma sustentável e inclusiva.

A tecnologia, por mais avançada que seja, só alcança seu pleno potencial quando inserida em uma estratégia que priorize a coordenação interinstitucional e o alinhamento com as demandas sociais, econômicas e ambientais. Nesse contexto, o planejamento estratégico territorial surge como um elemento central para enfrentar os desafios regionais, especialmente em áreas complexas como a Amazônia Legal. Ele possibilita a identificação de prioridades, a mitigação de conflitos de uso da terra e a garantia de que os processos de regularização fundiária estejam alinhados com as metas de desenvolvimento sustentável.

Além disso, uma gestão territorial estratégica permite que os institutos de terras se tornem agentes integradores, articulando ações com outros setores, como infraestrutura, meio ambiente, agricultura e desenvolvimento urbano. Essa abordagem não apenas otimiza recursos financeiros e humanos, mas também fortalece a governança territorial, promovendo segurança jurídica, inclusão social e a preservação ambiental, elementos fundamentais para o progresso regional e nacional.

DEMANDA DE INFRAESTRUTURA DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

EQUIPAMENTOS			
	730	5.819.689,30	
	370	322.500,00	
	37	4.087.000,00	
	96	360.000,00	
	16	926.400,00	
	29	78.000,00	
	44	3.383.286,72	
			TOTALIZANDO 2450 EQUIPAMENTOS
			R\$ 34.191.126,02

5. EXPERIÊNCIAS EXITOSAS

O mapeamento de experiências exitosas junto aos institutos de terras estaduais fornece uma visão abrangente das estratégias eficazes na implementação da política fundiária. Essas experiências envolvem iniciativas que vão desde a articulação interinstitucional, a revisão de normativos e o fortalecimento do parque tecnológico até o acesso a investimentos estratégicos e a integração com outras agendas públicas. Esses elementos são fundamentais para superar os desafios enfrentados na regularização fundiária, garantindo maior eficiência, segurança jurídica e inclusão social.

A articulação interinstitucional é frequentemente destacada como um dos pilares dessas experiências, permitindo a criação de parcerias sólidas com órgãos fundiários da esfera federal, assim como cartórios e prefeituras. Além disso, a revisão e atualização de normativos, como leis, portarias e resoluções, têm sido determinantes para simplificar procedimentos, reduzir burocracias e alinhar as ações aos contextos locais. O aparelhamento tecnológico, por sua vez, viabiliza processos mais ágeis e transparentes, como o uso de sistemas integrados de cadastro e monitoramento fundiário.

Outro ponto essencial é a articulação dessas estratégias com agendas transversais, como desenvolvimento rural, economias verdes e justiça climática. Essa integração amplia o impacto das ações fundiárias, promovendo um ordenamento territorial sustentável e contribuindo para a geração de renda, proteção dos recursos naturais e garantia dos direitos de comunidades tradicionais. Assim, o mapeamento de experiências bem-sucedidas não apenas orienta a replicação de boas práticas, mas também fortalece a governança fundiária, consolidando a política como um instrumento de transformação social e desenvolvimento regional.

ACRE

No âmbito do estabelecimento do “Programa Minha Terra de Papel Passado” foram definidas ações voltadas à aceleração do processo de RF, como por exemplo:

- Desburocratização do processo de entrega de títulos definitivos no estado;
- Parcerias com parlamentares, prefeituras, judiciário, cartórios e a sociedade em geral para o avanço da regularização fundiária no Acre;
- Estabelecimento de metas de emissão de títulos aos municípios;
- Realização de reuniões junto a cartórios para alinhamento de novas metodologias de trabalho, como a ampliação de horário de funcionamento de Cartórios para RF.

AMAPÁ

- Avanço recente na transferência de 12 Glebas Federais repassadas ao AMAPÁ TERRAS através de termos de doação;
- Realização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) junto aos municípios com objetivo de ampliar a capacidade técnica e operacional;
- Participação em capacitação sobre Diretrizes voluntárias e Governanças Responsáveis da Terra e Regularização Fundiária realizado pelo Fórum Fundiário Nacional, em parceria com atores relevantes da agenda;
- Alinhamento e parceria com órgãos e ministério do governo federal, estados da Amazônia e outras instituições;
- Realização de mobilizações, cadastros e planejamentos específicos para projetos de assentamento para expedição de Concessões de Direito Real de Uso CDRU;
- Realização de Processo Seletivo Simplificado (para incremento da força de trabalho);
- Instrução normativa Nº 01/2020 dispõe sobre fluxo dos processos administrativos de RF no AMAPÁ TERRAS;
- PPCDAP está atualizado 2022 2025 e possui o resultado “Ordenamento fundiário e territorial desenvolvido” com indicadores e atividades definidos;
- Utilização de recursos do Fundo Petrobrás para aquisição de equipamentos necessários à realização da RF.

MARANHÃO

- Acordo de Cooperação Técnica com Prefeituras (descentralização dos serviços oferecidos pelo Iterma);
- Projeto de Gestão Aplicada em Regularização Fundiária (Contratação de Bolsistas com ensino superior);
- Submissão de Projeto Fundiário ao Fundo Amazônia.
- Isenção da taxa do VTN ao Estado e dos emolumentos cartoriais para registro dos títulos de interesse social

PARÁ

- Parceria do ITERPA com as Organização das Cooperativas do Brasil (para titulação de produtores rurais cooperados);
- Capacitação para os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares, prefeituras e profissionais de georreferenciamento;
- Automatização no processo de pagamento;
- Revisão do decreto estadual para regularização de REURB;
- Compartilhamento da plataforma Sicarf com outros 5 estados da Amazônia legal (MA, AP, TO, RO e RR);
- Implementação de plataforma Sicarf reurb o qual já atendeu mais de 9 municípios regularização mais de 5 mil famílias, sendo referência nacional.

RONDÔNIA

- Programa *título já* em parceria com os municípios para REURB atuou no período de 2019 até 2023 regularizando com registro em cartório 6 mil imóveis e estão previstos mais 20 mil;
- Participação na “Rondônia Rural Show” entregando +1.000 títulos definitivos urbanos;
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e INCRA RO para desenvolvimento de ações de RF urbana e rural em conjunto;
- Parceria com o Tribunal de Contas de Rondônia (TCE RO) e Exército Brasileiro para RF e geração da base cartográfica para unidades de conservação.

RORAIMA

- O Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do estado de Roraima 2023 foi atualizado, incluindo ações específicas para RF
- Implantação do SEI (Sistema eletrônico de informações) para gerenciamento dos processos
- Criação de Ouvidoria agrária para atendimento à solicitações, sugestões, elogios, reclamações e denúncias
- Disponibilização de legislação, informações financeiras e de gestão fundiária no site do ITERAIMA como relação de Títulos
- Rurais e Urbanos, emitidos entre 2009 a 2021 e processos com pendências de documentos

MATO GROSSO

- Site da SEPLAG MT com cadeia de valor do processo de RF contendo fluxos com etapas processuais em Bizagi;
- Modernização do parque tecnológico;
- Disponibilização de Portal da transparência com dados de normativas, informações sobre sua estrutura organizacional e regimento interno;
- Existência de Vara especializada no Direito Agrário, permite processar e julgar ações que envolvam conflitos fundiários coletivos dentro do estado

TOCANTINS

- Programa “Essa Terra é Nossa”, apresenta passos do processo de RF e tutorial de uso do “Sistema de Gestão Terra Nossa”
- Desenvolvimento de Manual Técnico Social sobre RF para acelerar processo nos municípios
- Participação do ITERTINS em reuniões e eventos de alinhamento com diversos atores relacionados ao tema da RF
- Realização de levantamento socioeconômico e geodésico, para processo de RF rural em parceria com o TJTO e Tocantins Parcerias, que também está realizando o levantamento em áreas urbanas
- Site do ITERTINS com notícias atualizadas, estrutura organizacional, programas e ações, *check-list* de documentos necessários à RF e modelo de requerimento

